

# B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • outubro/novembro de 2016

## **Olho no futuro:** **CNM avalia desafios** **com Novos Gestores**



Publicação oficial do

SEMINÁRIO  
**Novos**  
**gestores**  
2017-2020

Nesta edição:

- Depoimento de prefeita reeleita: “boa gestão foi fruto da ajuda recebida no *Novos Gestores*”
- Prefeitos querem medidas efetivas de auxílio para o fim do atual mandato
- Conheça todos os detalhes da programação do *Seminário Novos Gestores*

## Mobilização Municipalista

# Sugestões para o fim de mandato

Mesmo a poucos meses para o encerramento do mandato, gestores municipais de Norte a Sul do país separaram espaço na agenda para marcar presença na última mobilização municipalista do ano, em Brasília. O evento ocorrido no dia 5 de outubro contou com a presença de prefeitos que entregarão a gestão agora em 2017, de eleitos e de reeleitos. Promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) e pelas entidades municipalistas estaduais e regionais, a agenda propôs sensibilizar o Congresso Nacional e o governo federal para a situação em que se encontram os governos locais. Principalmente, no atual momento de recessão econômica e de previsões pessimistas para o próximo exercício.

Os presidentes das entidades estaduais e integrantes da diretoria CNM compuseram a mesa, que liderou as atividades. O vice-presidente da entidade, Glademir Aroldi, abriu os trabalhos mostrando os entraves que impediram o pagamento do 1% adicional do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e que cancelaram a possibilidade de as prefeituras receberem porcentual da multa aplicada sobre os valores repatriados. Essas duas medidas adotadas pelo governo federal retiraram recursos dos Municípios. Ele reclamou das promessas não cumpridas pelo governo atual, falou dessa dívida da União com os governos locais e mencionou o pouco caso com que a presidência da República tem tratado o municipalismo.

"Nós fizemos uma audiência com o ministro Padilha [ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha] em que foi garantido o pagamento do 1%, mas o valor disponibilizado foi 0,75%. Voltamos, com os presidentes das estaduais, para encontro com o presidente Temer [presidente da República, Michel Temer]. Uma reunião muito complicada, muito difícil", relatou o vice-presidente da CNM aos presentes. Ainda sobre esse encontro, ele contou que os representantes do municipalismo brasileiros ficaram duas horas em pé, aguardando o presidente recebê-los. "Sem água, sem café e muito menos com a resposta do que iria acontecer", completou.

De acordo com Aroldi, durante a reunião com Temer, os municipalistas fizeram uma cobrança

muito forte sobre a questão do FPM e da repatriação. Ele lembrou que o texto aprovado pelo Congresso Nacional, que deu origem à lei da repatriação, previa o compartilhamento dos 15% do Imposto de Renda (IR) cobrado sobre os valores trazidos de volta ao país, e a redação da lei garantia também a partilha dos 15%, com Estado e Municípios, da multa cobrada para regularização desse dinheiro.

A presidente da República à época, Dilma Rousseff, vetou o partilhamento da multa, conforme lembrou também o representante da CNM. Esse veto acabou sendo discutido e votado pelo Congresso. "Para a nossa surpresa, os mesmos que aprovaram a lei compartilhando o imposto e a multa, acabaram concordando com o veto da presidente Dilma, já no governo do presidente Temer", contou. Ele disse que o movimento solicitou auxílio do governo Temer, mas que isso não ocorreu, e, apesar de o discurso do atual presidente ter sido de priorização dos Estados e Municípios e de reformulação do pacto federativo, até agora não há sinal de parceria.

"Até agora, infelizmente, a gente não tem tido sinal de parceria, sinal de diálogo, sinal de investimento para que, efetivamente, o país possa ter a reforma do pacto federativo", destacou Aroldi, ao condicionar essa necessidade a uma possível melhora nos serviços prestados à população brasileira. O vice-presidente da CNM garantiu que os gestores municipais não aguentam mais, e, agora com a lei do teto de gastos, a tendência é piorar.

"A lei vai mudar o teto de aumento da despesa, a cada ano, no orçamento da União, e talvez dos Estados. Se aumenta, a cada ano, o valor da inflação daquilo que vai ser investido em Saúde, Educação e Assistência, imagina o que vai ocorrer com o nosso orçamento lá [na ponta, nos Municípios]?" O questionamento de Aroldi levou os participantes à reflexão.



Ag. CNM

xão. A União e os Estados investindo menos ainda, avaliou ao dizer que hoje as prefeituras já investem muito mais do que é de sua obrigação.

O representante da Confederação se refere à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que institui um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos, tramita com celeridade no Congresso, vai impactar diretamente nos recursos destinados a Saúde, Educação, Assistência Social e demais áreas essenciais aos Municípios. Um substitutivo à proposta foi aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, dias depois da mobilização municipalista. Ele estabelece que os gastos da União se limitem à inflação do ano anterior e prevê exceção para Educação e Saúde durante o próximo ano.

Segundo destacou o vice-presidente, o governo federal devia R\$ 43 bilhões de Restos a Pagar aos Municípios, e, apesar de o governo da presidente Dilma ter pago R\$ 9 milhões, de janeiro a julho, a dívida ainda supera R\$ 34 bilhões. "Os prefeitos estão encerrando o mandato, e como fica a questão de obras iniciadas, obras não acabadas, obras que estão faltando pouco para serem concluídas?", ponderou o vice-presidente da entidade.

Aroldi justificou a ausência do representante da CNM, Paulo Ziulkoski, impedido de viajar por motivos de saúde, e falou dos avanços conquistados pelo movimento municipalista. Dentre eles: o fortalecimento do movimento dentro do Congresso, com a presença dos representantes das entidades estaduais e regionais semanalmente no Parlamento.

## Crise nos Municípios

# Prefeitos relatam dificuldade para juntar dinheiro nos Municípios

Durante a mobilização municipalista organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) em Brasília, os prefeitos tiveram a oportunidade de comentar o cenário financeiro de seus respectivos Municípios. No encontro, que ocorreu no Senado Federal, a maioria dos gestores entrevistados afirmou não ter conseguido juntar dinheiro ao longo do mandato.

O cenário de crise política e econômica pelo qual o Brasil passa foi o principal fator destacado pela maioria para tanto. Esta realidade não só prejudicou as administrações municipais, sobretudo no último ano de mandato, como fez com que as perspectivas para o próximo exercício não fossem as melhores.

### RESERVA FINANCEIRA

Ao longo do tempo, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, fez importantes apontamentos aos prefeitos no intuito de auxiliá-los em suas administrações. As conversas aconteceram em eventos promovidos pela Confederação, como a tradicional *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, o *Seminário Novos Gestores* ou em reuniões e encontros extras. Um dos conselhos mais significativos é o de que os gestores fizessem uma reserva financeira para que enfrentassem de forma menos penosa os momentos de recessão econômica. Os recursos poderiam vir, por exemplo, de parte da arrecadação tributária municipal.

Entretanto, em razão dos problemas financeiros enfrentados em cada Município – muito por conta da queda do valor repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além da falta de apoio do governo federal –, poucos conseguiram guardar dinheiro. Em algumas cidades, os trabalhos de infraestrutura, que demandam boa parte dos recursos municipais, impossibilitaram a prefeitura de fazer um fundo de reserva. A demanda de compromissos acaba sendo bem maior do que as reservas.

Outra preocupação recorrente aos prefeitos é o compromisso com o pagamento da folha salarial dos servidores municipais. Há casos em que o prefeito até tem conseguido fazer um caixa para paga-



mento do 13º salário dos funcionários da prefeitura, mas não conseguiu separar recursos para enfrentar a recessão. Há outros em que o gestor começou a fazer as reservas, mas ficou impossibilitado de continuar e ainda teve de utilizar o que juntou. O cenário atual demonstra que é cada vez mais difícil fazer um fundo de reserva nas prefeituras municipais.

### DEPOIMENTOS

#### Amarildo Dudu Bolito, de Rincão (SP)

“O conselho do presidente da CNM foi muito bom, só que infelizmente nós não conseguimos realizar esta reserva e eu não conheço nenhum prefeito que tenha conseguido, por causa da crise instalada no país nos últimos quatro anos.”

#### Fernandes Martins, de Figueirópolis (TO)

“Não fiz reserva porque em momento algum parei de trabalhar em prol da população, na construção de pontes, rodovias, bueiros, recuperação asfáltica e reformas.”

#### Pedro Paraná, de São Domingos do Araguaia (PA)

“Todo ano minha administração faz uma reserva para pagamento de salários no final do ano, mas não consegui juntar mais dinheiro para que seja destinado especificamente às outras ações.”

#### Antônio Pego, de Goianésia do Pará (PA)

“O meu Município é muito carente e tenho o compromisso de honrar a folha de pagamento dos ser-

vidores. E a partir de setembro tivemos uma queda no pagamento dos *royalties*, além da diminuição do FPM, então não tive condições de manter esse compromisso de juntar.”

#### Ricardo Sobrinho, de Santo Antônio da Alegria (SP)

“Muito embora eu tenha acompanhado essas recomendações da CNM, não consegui juntar em função da crise financeira. O Município teve de utilizar todos os recursos disponíveis para honrar os compromissos.”

#### João Pacheco, de Espírito Santo do Turvo (SP)

“Consegui fazer no primeiro mandato todo, mas não fiz no segundo, pois tive de utilizar os recursos para cumprir as obrigações básicas. Fundo de reserva hoje é impossível de se fazer.”

#### Francisco Passareli, de Miranópolis (SP)

“Em razão da crise financeira que abrange o nosso país, tivemos uma dificuldade enorme de fazer este fundo de reserva para o qual a CNM nos orientou.”

#### Dinair Isaac, de Capinópolis (MG)

“Opetei por fazer o pagamento do 13º dos servidores na data de aniversário deles. Essa estratégia de não fazer o pagamento de uma só vez no fim do ano me permitiu fazer um caixa, entretanto, tive de utilizá-lo para compensar a queda na receita municipal.”

#### Maurício Kunrath, de Alto Feliz (RS)

“Consegui fazer este fundo porque fui duas vezes vice-prefeito e outras duas vezes prefeito. E, como sempre acompanhei as reuniões do presidente Paulo Ziulkoski, procurei seguir suas orientações e me prevenir.”

## Mobilização Municipalista

# CNM mostra números para os gestores e cuidados que devem ser tomados

Dados da Confederação Nacional de Municípios (CNM) indicam que há milhões, em recursos financeiros, a serem repassados aos Municípios até dezembro deste ano. A apresentação *Ações e Recursos para o final do mandato* da entidade, feita na manhã do dia 5 de outubro, apontou o montante de **R\$ 24 bilhões** de transferências federais a que as prefeituras têm direito.

Os slides apresentados pelo consultor da Confederação e especialista em assuntos municipais, Eduardo Stranz, foram comentados pelo vice-presidente da entidade, Glademir Aroldi. Dentre os temas abordados, a questão da repatriação recebeu destaque, uma vez que, mesmo com o veto presidencial à partilha da multa, os governos locais devem receber **R\$ 697 milhões** até o 2º decêndio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de novembro. De acordo com informações mencionadas na ocasião, o governo já arrecadou **R\$ 6,2 bilhões**.

A Lei 13.254/2016, que regulamentou a repatriação de recursos enviados irregularmente ao exterior, prevê que 30% da verba fique com o governo, mas desse percentual apenas metade será distribuída a Estados e Municípios. De acordo com a legislação, o prazo para a repatriação termina agora, dia 31 de outubro. Ao complementar essas informações, os representantes da CNM avisam aos gestores, que participaram de mobilização municipalista, no Senado Federal, que até agora nada foi repassado aos cofres municipais.

De acordo com a apresentação, caso as previsões do governo federal se confirmem, os Municípios receberão **R\$ 19,382 bilhões**, nos últimos três meses do ano, por meio do FPM convencional. Ao somar os valores a serem repassados, sem considerar o repasse extra de dezembro, o Fundo deve acumular **R\$ 80,813 bilhões** em transferências aos Municípios durante todo o ano, o que é 4,21% menor do que o montante de 2015, em valores reais. O 1% adicional do FPM de dezembro deve somar **R\$ 3,550 bilhões**, segundo estimativas da CNM.

Também devem ser repassados aos cofres municipais, ainda em 2016, **R\$ 193 milhões** da Lei

Kandir, que é o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Ao somar as quatro perspectivas, a Confederação chegou à cifra de **R\$ 24 bilhões** a serem distribuídos entre as prefeituras, daqui até o final do ano.

Outro cenário importante mostrado pelos representantes da CNM durante a agenda é que a União deve aos Municípios. Nessa parte, a apresentação destacou que a estimativa dessa dívida é de R\$ 37 bilhões, considerando os 25% ainda não pagos do 1% adicional do FPM, a multa sobre a repatriação, os Restos a Pagar (RAP), o Fundo para o Fomento das Exportações (FEX), a defasagem do Piso da Atenção Básica (PAB Fixo) e a assistência farmacêutica.

“O repasse do FEX não está sendo pago em dia, e até a presente data o montante de **R\$ 487,5 milhões**, referente a 2016, não foi repassado aos Municípios”, afirmou o representante da Confederação. Além disso, só de RAP, a União deve **R\$ 34 bilhões** às prefeituras.

## Orientações jurídicas para o fim do mandato

Outros aspectos fundamentais para os gestores, que encerram seus exercícios financeiros este ano, também fizeram parte da programação municipalista. Conselhos e orientações não. Os consultores técnicos e jurídicos da Confederação Nacional de Municípios (CNM) trataram de questões como Restos a Pagar (RAPs), Lei Complementar 101/2000 de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ações judiciais contra os ativos da iluminação pública e a Instrução Normativa 1.599/2015 da Receita Federal.

O consultor jurídico da entidade, Humberto Canuso, pontuou algumas medidas a serem tomadas pelos gestores com relação ao restos a pagar. Foram elas: preparar uma prestação de contas parcial ou mesmo final, se objeto o já foi concluído; guardar prova do envio, organizar todos os documentos comprobatórios das despesas realizadas; e solicitar, na transição do governo, recibo da documentação en-

tregue ao seu sucessor.

“São coisas pequenas, mas de fundamental importância”, destacou Canuso ao finalizar sua apresentação. Segundo ele, essas ações podem evitar problemas futuros para os gestores quando as gestões forem auditadas pelos Tribunais de Contas.

A especialista em assuntos jurídicos municipais, Elena Garrido, apresentou as medidas a serem adotadas pelos prefeitos no encerramento do exercício. Ela focou os principais pontos estabelecidos pela Lei 101/2000 de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao ponderar que, no ano de encerramento de mandato, está expressamente vedado: aumentar a despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato; contratar operação de crédito por antecipação de receita; e contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, nos dois últimos quadrimestres do mandato, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Aspectos da Lei 10.028/2000 de Crimes fiscais também foram elencados pela especialista, especialmente as punições previstas a quem não atende aos dispositivos da LRF, como multas e penas pesadas de prisão.

Sobre as ações judiciais, a CNM vai dispor desse auxílio aos gestores que tiverem o interesse para que possam ser resguardados de mais responsabilizações. No caso da iluminação, a judicialização é sobre a Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que trata do repasse dos ativos da iluminação pública às prefeituras. Já a Instrução Normativa 1.599/2015 da Receita Federal obriga os Municípios a passarem aos cofres da União os valores do Imposto de Renda (IR) retidos na fonte, os pagamentos de rendimentos a terceiros e não servidores. A medida judicial objetiva reconhecer o direito dos Municípios à totalidade dos recursos de IRRF pagos, seja a servidores ou a terceiros, considerando que a CNM já levou o assunto à Receita e ao governo federal, mas não obteve resultado satisfatório.

## Pacto Federativo

# Gestores municipais estão sufocados por atender competências de outros Entes federados

Ao longo dos últimos anos, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, vem elencando uma série de cuidados aos gestores municipais para um correto fechamento de mandato. Entre eles, a não realização de atividades que fujam da competência municipal. Os prefeitos participantes da *Mobilização Municipalista* compartilharam suas experiências no decorrer da gestão.

O evento ocorreu em Brasília, no dia 5 de outubro, e reuniu gestores municipais de todo o Brasil. Alguns deles prestes a encerrar seus mandatos, outros prontos para conhecer as pautas prioritárias do movimento municipalista.

Mais uma vez, o subfinanciamento dos programas federais voltou a ser lembrado pelos participantes do evento. Segundo eles, o atual modelo de distribuição de recursos e atividades entre os Entes federados tem se mostrado ineficiente. É o que explica o prefeito de Candiota (RS) e ex-presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Luiz Carlos Folador.

“Não foi possível administrar fazendo apenas o que é de competência municipal. Por exemplo, o



Programa Saúde da Família [PSF], que é responsabilidade da União, nós fizemos. Merenda escolar, o Programa Infância Melhor [PIM] também [fizemos], porque é um atendimento à comunidade. A gente fez economia em alguns setores para poder manter esses programas em funcionamento”, revelou o prefeito.

Apesar de executarem diretamente os programas, os gestores municipais recebem apenas parte dos

recursos necessários ao custeio. A maior contrapartida fica por conta do Município. E, assim, a conta não fecha. Foi o que explicou a prefeita de Encruzilhada do Sul (RS), Laíse Gorziza. “No meu Município, com relação ao PSF [Programa Saúde da Família], que é estratégia de família, pra eu receber R\$ 42 mil de incentivo, eu preciso colocar R\$ 184 mil em pessoal. Então é um desajuste muito grande”.

“Sou a favor do pacto federativo, de repactuar o que é do Município, dos Estados e da União, definir melhor quem deve fazer o que e ampliar os valores para que os Municípios executem seus próprios programas e não executem programas desajustados dos outros Entes”, defendeu a gestora, que optou por não concorrer à reeleição no pleito deste ano.

Esse descompasso entre as atribuições e os repasses federais é uma realidade também para Nerópolis, em Goiás. O prefeito da cidade, Fabiano Luiz, apresentou mais alguns exemplos. “Infelizmente esse conselho do presidente Paulo Ziulkoski eu não consegui colocar em prática, em razão de o Município assumir uma série de atribuições que não são competência nossa. Segurança pública, funcionários nos fóruns, na delegacia de polícia civil, no cartório eleitoral e diversas outras obrigações que o Município não tem nada a ver”.

## CONTRA A PAREDE

Quando perguntado sobre o motivo para o não cumprimento da dica feita pelo líder municipalista, Fabiano Luiz fez um desabafo: “se eu deixasse de trabalhar nesse sentido, com certeza a população não me perdoaria. Então, esse eu não consegui colocar em prática e eu vejo que isso onera e muito os cofres municipais”.

O sentimento de angústia e ao mesmo tempo frustração é compartilhado pelo prefeito de Campina do Monte Alegre, Carlos Eduardo. “Nós nos entusiasamos pelas políticas públicas lançadas pelo governo federal ou até pelo governo estadual. E muitas vezes nós somos enganados, porque com essas políticas públicas não vem o recurso necessário, e o Município tem de arcar”, explicitou o prefeito.

A alguns quilômetros de distância, também em São Paulo, fica Guararapes. A cidade, com pouco mais de 30 mil habitantes, experimenta os efeitos do atual modelo de pacto federativo. Para o prefeito, Edensilson de Almeida, é um desafio administrar fazendo o que compete apenas ao Município. “Essa é realmente uma parte complexa, até porque é aquela velha história: todos nós moramos no Município. E ali estão os problemas. A solução não está lá. Está no governo dos Estados e no governo federal”, finalizou.

## Mobilização Municipalista

# Movimento municipalista e pelos presidentes da

A grande mobilização do movimento municipalista em Brasília foi marcada por uma série de audiências no Executivo e no Legislativo. O vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, os presidentes das entidades estaduais e demais agentes municipalistas foram recebidos pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e pelos ministros da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, e do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra.

Depois de intensos debates e esclarecimentos aos gestores sobre o difícil cenário econômico vivenciado pelos Municípios, a pauta prioritária municipalista foi entregue a Renan Calheiros e Rodrigo Maia. No Senado, Aroldi expôs a Calheiros as proposições que tramitam no Congresso e são consideradas preponderantes para viabilizar a gestão nos Municípios, principalmente neste ano de encerramento de mandato.

Ele demonstrou otimismo com o encontro. “A reunião foi positiva. Nós discutimos uma pauta que foi encaminhada ao governo federal, à Câmara e ao Senado. São reivindicações importantes para o fechamento da gestão dos atuais prefeitos”, disse Aroldi. Entre as propostas que tramitam no Senado Federal está a aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 15/2015. O texto, que favorece as prefeituras, altera a forma de recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) sobre as operações com cartões de crédito ou débito para o local do tomador.

Na prática, a proposta “desconcentra” a arrecadação do imposto. “Esperamos de uma vez por todas que o Senado possa acabar com essa injustiça, que é a forma de arrecadação do ISS. Atualmente, apenas 29 Municípios acabam arrecadando 80% do tributo. A proposta permite que R\$ 4 bilhões sejam redistribuídos de forma justa sem impactar no orçamento da União”, explicou o vice-presidente da CNM.



Agência Senado

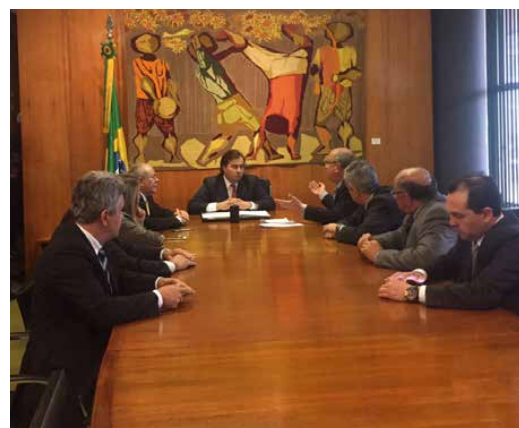
## Lei de Responsabilidade Fiscal

Outra reivindicação preponderante defendida na reunião pelo movimento municipalista é a adequação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) referente aos anos de 2015 e 2016. O pedido da CNM é no sentido de que os gestores públicos em final de mandato não sejam penalizados pelo descumprimento dos limites de endividamento e de despesas com pessoal nos exercícios financeiros deste ano e do ano passado.

Aroldi ressaltou que a Lei 10.028/2000 já desconsidera essa punição quando o Produto Interno Bruto (PIB) apresentar índices negativos. Entretanto, é necessário que exista uma autorização (também por meio de legislação) que permita essa excepcionalidade para os anos de 2015 e 2016.

“Em 2016, a União previa para os Municípios o valor de R\$ 99 bilhões de arrecadação. Depois, fizeram uma revisão e foi informado aos Entes que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) seria de R\$ 92 bilhões. No entanto, a arrecadação neste ano será de R\$ 85 bilhões, e os prefeitos reprogramaram suas contas com base na arrecadação de R\$ 92 bilhões. Como que eles fecham a conta?”, questionou.

A reunião com o presidente do Senado foi concluída com o pedido de apoio do Legislativo para que



Ag. CNM

possa ser interlocutor na compensação do repasse de 0,25% que resta da transferência extra de 1% do FPM. Ainda foi solicitada a celeridade na distribuição dos recursos arrecadados com a Lei da Repatriação e na execução do Fundo de Exportação (FEX).

## Reivindicações na Câmara

Além da adequação da LRF, do pagamento do FEX e da Repatriação, o encontro do municipalismo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também foi a oportunidade para apresentar a proposta que solicita a prorrogação do prazo para que os Municípios promovam a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Essas medidas seriam baseadas em critérios que levariam

# ... é recebido por ministros da Câmara e do Senado



em conta fatores temporais e populacionais.

Os municipalistas ainda reivindicaram adequações sobre os consórcios públicos. Nesse contexto, a CNM pede a limitação das exigências de regularidade na celebração de convênios com a União ao consórcio público sem estender aos Entes federativos nele consorciados.

Além disso, o movimento municipalista defende que os contratos de trabalho com os funcionários sejam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e não pelo regime estatutário. A justificativa é que o consórcio pode ser extinto a qualquer momento e o Município teria custos com o pagamento de funcionários efetivados.

## CNM finaliza mobilização com visitas a ministros

O encerramento do dia intenso da grande mobilização contou com mais duas reuniões. Na Presidência da República, o encontro do movimento municipalista foi com o ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. A pauta da reunião foi reforçada pela cobrança da complementação dos 0,25% que

falta referente ao repasse extra de 1% do FPM que deveria ter sido pago aos Municípios.

A transferência é uma garantia prevista em uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional. Entretanto, o governo federal repassou 0,75%. O valor do percentual restante representa cerca de R\$ 800 milhões aos cofres municipais. A Lei de Repatriação também voltou a nortear as reivindicações do movimento municipalista.

Na ocasião, a CNM solicitou a alteração do texto da Lei 13.254/2016 para que seja mais favorável aos Municípios. Estimativas apontam que o governo federal já arrecadou R\$ 6,2 bilhões. Outros assuntos tratados com o ministro foram o Imposto de Renda retido na Fonte, a prorrogação dos Resíduos Sólidos e o ISS.

## Programas federais

O atraso no pagamento dos programas federais foi o foco do encontro com o ministro do Desenvol-



vimento Social e Agrário, Osmar Terra. Na oportunidade, os municipalistas disseram ao ministro que o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), responsável por mostrar a qualidade da gestão local do Bolsa Família, é um dos pontos mais críticos na gestão.

Diante dessas adversidades, a solicitação do municipalismo é que sejam atualizados os pagamentos das parcelas. Dessa forma, foi reivindicada a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 66/2015. O texto determina que os programas federais de cooperação entre a União e os Municípios tenham os valores atualizados anualmente pelo índice oficial de inflação, sem prejuízo da ampliação de repasses.

## Opinião dos Gestores

# Prefeitos deixam conselho para novos gestores: “pé no freio”

Entre prefeitos reeleitos, não reeleitos com sucessores e que desistiram de tentar se reeleger, um conselho dado aos novos gestores que assumem mandato em 2017 é predominante: não gastem à toa, usem cada centavo com consciência e parcimônia. As dicas foram dadas durante mobilização da Confederação Nacional de Municípios (CNM) no Senado Federal no início de outubro, quando prefeitos e representantes de entidades municipalistas se uniram para apresentar a pauta prioritária e pressionar os congressistas.

Com sucessor eleito para o mandato que se inicia ano que vem, o atual prefeito de Lafayette Coutinho (BA), Zenildo Brandão, deixou o alerta: “Pé no freio! Em primeiro lugar, pé no freio e, depois, se planejar e se projetar para os próximos anos com receita abaixo do previsto. Tem de ter muita cautela, porque será um ano difícil. Planejar acima de tudo.”

Com as mesmas analogias, o prefeito reeleito de Floreal (SP), João Castilho, fez seu aviso sobre as finanças municipais. “Entre com o pé no freio total. Por enquanto, é melhor só cobrir os gastos de custeio e não fazer mais nada, cortar tudo”, disse ele.

Para conseguir economizar diante da situação de crise financeira, o prefeito reeleito de Mineiros (GO), Agenor Rezende, recomendou pensar duas vezes antes de executar qualquer despesa: “sejam rigorosos na segurança dos recursos. Não façam gastos supérfluos. São nas pequenas coisas que a gente consegue uma sobra; evitem diárias, evitem pagar aluguel”.

Já o prefeito reeleito de Campinas (SP), Jonas Donizette, lembrou de outra questão relacionada às contas públicas municipais, a transparência. Segundo ele, é necessário que o prefeito eleito seja honesto quanto à realidade da situação financeira do Município à população, já que depois será cobrado pelos eleitores nos próximos pleitos. “A transparência é fundamental. Comunique a sua cidade, o seu Município, da situação que a prefeitura se encontra”, aconselhou ele.

Ao escutar de perto vários dos conselhos e reclamações dos prefeitos que encerram mandato, o sucessor de Brandão na cidade baiana, José Freitas, promete assumir as contas municipais “com todo o cuidado”. “Participo com a CNM de várias discussões e vejo que as coisas não estão 100%. Então, temos de ter cuidado principalmente com o início da gestão, porque se começar errado, também termina errado”, prevê ele.

**Contas em dia** – Além dos conselhos para o futuro, os prefeitos também falaram sobre como fechar as contas no azul, mesmo diante do sangramento dos cofres públicos municipais. Conforme recomenda o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, muitos conseguiram poupar parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do início do ano para encerrar seus mandatos sem saldo devedor.

No entanto, diante da recorrente reclamação de bruscas quedas de arrecadação e aumento das despesas, esse contorno nas finanças municipais nem



Zenildo Brandão



Adail Melo



Jonas Donizette



José Freitas



Laise Gorziza

sempre foi possível, ou exigiu mais pressão para estancar a torneira.

Além de parcelas reservadas para cobrir os gastos de final de mandato, o prefeito de Groaíras (CE), Adail Melo, disse ter sido necessário redução de despesas. “Pensando nessa dificuldade de fechar as contas no fim do mandato, nós nos antecipamos e cortamos alguns gastos, até com transportes e pessoal e vamos fechar as contas”, contou ele.

Já o presidente da Associação dos Municípios do Oeste Paulista (Amop), Liberato Caldeira, a realidade dos Municípios representados pela sua entidade é outra. Ele contou que apesar dos cortes, a maioria não conseguirá deixar recursos extras nos caixas. “Os Municípios cortaram e fizeram seu dever de casa, todos fizeram. Mas infelizmente a queda de arrecadação foi muito grande e as despesas aumentaram”.

A prefeita de Encruzilhada do Sul (RS), Laise Gorziza, também sofre da mesma chaga. “Tive de diminuir a máquina administrativa e trabalhar na parte de receita, tive 50% de queda de arrecadação. Fiz cartas para distribuir e explicar para os órgãos que irão nos fiscalizar. Mas e os fornecedores, eu faço o que com eles?”, indaga ela.

Diante de tantos problemas apontados como responsáveis pelos resultados desastrosos dos cofres municipais, como queda na arrecadação, aumento de despesas, atrasos de repasses dos Entes federativos aos Municípios, atribuição de responsabilidades municipais que não deveriam ser da prefeitura, os prefeitos falam em uníssono sobre uma possível melhora para a gestão municipal dos próximos anos: é necessário repactuar.

Congresso Nacional

# Deputado Federal atende CNM e apresenta projeto sobre LRF

Impedir que os gestores municipais sejam penalizados por conta do impacto da irresponsabilidade fiscal praticada no Brasil, nos últimos anos, é o que propõe projeto sugerido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). A entidade apresentou o texto, protocolado na Câmara dos Deputados pelo deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que tramita na forma do Projeto de Lei Complementar (PLP) 315/2016. A matéria também foi assunto da mobilização municipalista, ocorrida no início do outubro, em Brasília.

Hauly foi pessoalmente ao encontro municipalista manifestar apoio às reivindicações, em especial, ao texto que acrescenta artigo à Lei Complementar 101/2000 de Responsabilidade Fiscal (LRF) para garantir, excepcionalmente, que os gestores públicos deste mandato não sejam penalizados pelo descumprimento dos limites de endividamento e de despesas com pessoal nos exercícios financeiros de 2015 e 2016; nem pela inscrição em restos a pagar nos exercícios financeiros destes dois últimos anos.

Em entrevista à *TV CNM*, o parlamentar reforçou que objetivo também é fazer com que os prefeitos não sejam punidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal por conta dos problemas da economia. “Diminuiu a arrecadação, diminuiu a atividade econômica, e o governo federal foi o primeiro a diminuir a transferência de receita para Estados e Municípios. Ele [o governo federal] se arranjou, lançando títulos, ele se refina toda hora, mas Estados e Municípios não podem”, falou Hauly.

Ao apresentar o conteúdo do PL ao participantes da mobilização, o vice-presidente da CNM, Glademir Aroldi, e a consultora jurídica da Confederação, Elena Garrido, enfatizaram a justificativa da proposição. “A Lei de Responsabilidade Fiscal, quando elaborada, trouxe no art. 66 a previsão de que, nos anos em que o PIB [Produto Interno Bruto] nacional ou regional fosse inferior a 1%, sucessivamente, todos os prazos que estabelecem obrigações de limites seriam duplicados”, explicou Elena.



Ag. CNM

Ela mencionou um exemplo desse dispositivo. “Ao olharmos os limites de despesa com pessoal, qual o prazo que o Município tem para voltar para o limite?”, perguntou e ela própria respondeu: dois quadrimestres. “Diante dessa situação do art. 66, eles teriam quatro quadrimestres”, ressaltou a consultora. Porém, ela ponderou que a LRF também diz que no último ano de mandato não se pode iniciar o ano com despesa de pessoal extrapolada, e limites extrapolados. A definição de qual princípio será considerado no julgamento das contas ficará a encargo dos Tribunais de Contas, se a matéria não for aprovada, conforme lembrou Elena.

A proposta do projeto reforça que a não penalização desses gestores públicos é indiscutível, uma vez que os prefeitos do atual mandato vêm sendo, sucessivamente, surpreendidos pelas constantes perdas de arrecadação e com a inadimplência dos governos federal e estaduais no cumprimento de obrigações assumidas em relação ao repasse de recursos nas áreas de Saúde, Assistência Social e Educação.

Diante do fato de que, em 2015 e 2016, o PIB foi negativo todo o ano. Então se tem toda a justificativa para que a medida prospere no Congresso nacional. Mas, para isso, é necessário se trabalhar



Ag. CNM

muito, destacaram os representantes da CNM, porque é fundamental para a vida de cada gestor que está encerrando seu mandato, agora este ano”.

Os prefeitos presentes demonstram apoio ao projeto, diversos deles se manifestaram ao final das atividades. Dentre eles, a presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Sisi Blind, destacou que a aprovação do projeto é fundamental para garantir a integridade dos atuais gestores municipais.

## Mobilização Municipalista

# Senadores garantem apoio aos Municípios em Mobilização da CNM

No dia 5 de outubro, durante Mobilização promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), senadores garantiram apoio aos Municípios. No evento, no auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, os parlamentares discursaram aos prefeitos.

Os congressistas tiveram a oportunidade de falar aos gestores municipais presentes na medida em que foi feita a apresentação dos temas da Mobilização, dirigida pelo vice-presidente da CNM, Glademir Aroldi.

Para o senador Wellington Fagundes (PR-MT), que tem papel importante no movimento municipalista, “os prefeitos têm de entender também que não adianta só o Congresso Nacional aprovar as pautas, o governo precisa bater o martelo final, para que os resultados cheguem”.

## FOMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

O parlamentar lembrou a edição da Medida Provisória (MP) para a liberação de R\$ 1,95 bilhão – referente ao Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações (FEX) de 2016 – a ser distribuído entre Estados, Distrito Federal e Municípios, uma das reivindicações municipalistas.

Os recursos do FEX são imprescindíveis para o fechamento das contas nestes últimos meses do mandato municipal, R\$ 487,5 milhões do valor total devem ser destinados às prefeituras. O senador defende o pedido da CNM para que o recurso seja creditado ainda este ano, até o repasse do 1% do FPM, que ocorre em dezembro. Além disso, a entidade ressalta que a morosidade na publicação dessas MPs causa constante preocupação.

“Sou um defensor da causa dos Municípios”, disse o senador Dalirio Beber (PSDB-SC). Segundo o parlamentar, grande parte dos senadores



Ag. CNM



Ag. CNM

vota nas pautas municipalistas, mas é necessário que haja “mais união do movimento para pressionar esse novo governo”.

“É no Município que tudo acontece. E não custa dizer que é a união que faz a força. A luta não tem de ser só dos prefeitos, a luta tem de ser de todos nós, a luta é pelo povo brasileiro”, reforçou o senador Eduardo Amorim (PSC-SE).

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que também é uma das parlamentares mais atuantes no movimento, garantiu presença no evento e afirmou: “sou municipalista por convicção e apoio esta causa”.

Ana Amélia exclamou, ainda: “a crise federativa é tão grave quanto a crise econômica e fiscal. Pois, quando você vê a prima rica, que é a União, em crise, os Estados que são os primos remediados também na lona, o que sobra para os primos pobres da Federação, que são os Municípios?”.

Por fim, a senadora defendeu que “a União precisa ter credibilidade e não pode dizer o que não vai fazer, não pode fazer promessa que não vai conseguir cumprir, porque quem fica na pior é o prefeito, é o Município, é a população”.

## Reconhecimento

# “Sou fruto do *Novos Gestores*”, exclama prefeita do Município de Monteiro Lobato (SP)

“Sou fruto do *Novos Gestores*, e o evento fez toda diferença para que eu tivesse uma boa gestão”, disse a primeira prefeita eleita no Município de Monteiro Lobato (SP), Daniela de Cássia Santos Brito. A gestora conversou com a Agência de Notícias da CNM e contou como o evento promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) – que tem o objetivo de orientar gestores em primeiro mandato – auxiliou na administração de seu Município.

A prefeita participou do evento promovido pela CNM em 2012. E, segundo Daniela, “um dos primeiros aspectos que chamou a atenção foi a questão das emendas parlamentares. O presidente Paulo [Ziulkoski] falou no evento que devíamos sempre verificar a contrapartida que o Município deveria disponibilizar para execução de determinada obra. Muitos prefeitos em início de gestão, o que era o meu caso, não têm conhecimento de como funciona. E no evento o presidente explicou exatamente como funcionava. E assim eu fiz e faço até hoje, sempre que assino um convênio avalio cada detalhe e principalmente se a prefeitura tem dinheiro em caixa para a contrapartida. Isso fez com que, perante a crise do país, o meu Município não quebrasse”, contou.

“Outro conselho que eu segui foi não ficar atrás de muitos programas federais, pois sempre o gasto do Município é maior do que o que vem de recurso. Alguns, inclusive, pretendo entregar agora no meu próximo mandato, porque depois de estudos avaliamos que não será mais viável mantê-los”. A prefeita revelou ainda que o segundo mandato será ainda mais baseado nos conselhos da CNM.

## “Eu sou CNM”

Segundo Daniela, “o que eu vou adotar para o próximo mandato é o lema ‘Eu sou CNM’. Estou aqui hoje [na sede da CNM] colocando o meu Município à disposição da CNM, quero que ele seja laboratório da entidade”, ressaltou a prefeita.

“O segredo da minha gestão foi a escolha de pessoas extremamente técnicas, que realmente ti-



tenham conhecimento da área em que iam atuar. Hoje, infelizmente, não dá pra governar apenas com alianças políticas. O Município precisa de pessoas especializadas. E esse também foi um dos conselhos que o presidente Paulo deu e que eu segui à risca”, disse Daniela.

A prefeita destacou à Agência de Notícias da CNM que “todo o meu mandato foi pautado nos conselhos que recebi no evento *Novos Gestores*. Foi realmente a capacitação para eu ser prefeita do Município de Monteiro Lobato. Com os conselhos da Confederação, eu consegui adotar boas práticas em todas as

áreas da gestão pública”.

Ao final da entrevista, a prefeita deu um conselho aos prefeitos eleitos e reeleitos que assumirão em 2017: “Eu acredito que fará toda a diferença. Aos reeleitos, todas as dificuldades que enfrentaram no primeiro mandato poderão ser amenizadas se eles participarem. Aos eleitos, é a chance de realmente aprender um pouco mais sobre administração pública. O *Seminário Novos Gestores* norteia realmente, pois o presidente Paulo nos coloca com os pés no chão, não nos deixa ficar em ‘lua de mel’ com a eleição”, aconselhou.

## Outubro Rosa

# Rede Feminina de Combate ao Câncer é exemplo de assistência

Doar amor, enxugar lágrimas e provocar sorrisos, este é o *slogan* da Rede Feminina de Combate ao Câncer que atua em Brasília. Há 20 anos, a organização presta assistência gratuita a pessoas com câncer, principalmente mulheres com câncer de mama. Além disso, a entidade presta serviços gratuitos e permanentes a esses pacientes e, ainda, desenvolve campanhas de conscientização e prevenção contra o câncer.

No dia 7 de outubro de 1996, a presidente da entidade, Maria Thereza Simões Falcão, fundou a Rede no Distrito Federal. Por meio de uma parceria com o Hospital de Base do Distrito Federal, onde a entidade passou a prestar assistência aos pacientes carentes, portadores de câncer. Os trabalhos da entidade são realizados por um grupo de voluntárias, pessoas das mais variadas classes sociais, culturais, de ambos os sexos, e de ampla faixa etária, que, de forma espontânea, por amor e caridade ao próximo, disponibilizam seu tempo e dedicação.

Reconhecendo a importância deste trabalho, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) visitou no dia 11 de outubro o escritório da organização que fica no Hospital de Base de Brasília e conversou com voluntárias da Rede.

A voluntária e médica mastologista, Patrícia Peres de Souza, falou com a *Agência CNM* e explicou sobre alguns cuidados preventivos que as mulheres devem ter no combate ao câncer de mama. Segundo a doutora, "o câncer de mama é um tipo de doença que tem altos índices de cura, desde que diagnosticado precocemente. E, para que o diagnóstico seja precoce, só depende da própria mulher, não só com o autoexame, como com os exames de rotina ao ginecologista", alertou a médica.

## Autoexame

Patrícia ressaltou ainda que "autoexame serve para que a mulher possa se conhecer melhor e não



Ag. CNM

tem uma faixa etária ideal para ser feito, ele pode ser feito por toda mulher que tem a mama desenvolvida. O autoexame deve ser feito pelo menos uma vez por mês, mais ou menos uma semana após o fim do período menstrual", destacou.

A médica pontuou ainda quais as alterações devem ser observadas: "a mulher tem que observar o tamanho das mamas, como uma maior que outra, o formato também deve ser observado, como caroços, pele repuxada, o formato dos mamilos. No mamilo também tem alguns sinais que devem ser observados como: desvio ou retração do bico do seio, além da coloração da pele, com áreas avermelhadas, a consistência da pele, como pele enrugada, com bolinhas, com aparência de casca de laranja. E o último ponto é observar o líquido que sai do mamilo, para ver se sai alguma secreção com sangue."

Após detectar alguma dessas alterações, a médica recomenda que "se deve procurar primeiramente um ginecologista que vai examinar e solicitar os exames necessários", explicou.

## Apoio durante o tratamento

Após a descoberta da doença, o apoio durante o tratamento é o mais importante, segundo Patrícia. "Nosso trabalho começa desde o acolhimento na sala de espera, com o projeto Ombro Amigo, quando ele vai receber a notícia da doença, passando por todo o processo de aceitação com auxílio de psicólogo, depois durante o tratamento em si. Além disso, acolhemos ainda a família, dando todo o apoio necessário."

Outro trabalho desenvolvido pela Rede é a oficina de artesanato, que, de acordo com a médica, é quando "ensinamos um outro trabalho para as pacientes, no período em que elas não podem exercer o trabalho rotineiro delas. Sem contar que o artesanato é uma distração nesta fase do tratamento", contou Patrícia.

São inúmeros os projetos dentro da rede, mas um destaque é a doação de cesta básica, feita para mais de 150 famílias de baixa renda que estão cadastradas, e a doação de perucas às pacientes. "As cestas básicas são doadas para as famílias mais

# ate ao Câncer em Brasília ia a pessoas com câncer



necessitadas. Fazemos isso, pois muitos pacientes perdem o emprego, e a família muitas vezes tem de deixar de trabalhar para cuidar da pessoa com câncer. As perucas nós doamos, pois é algo que vai além da vaidade feminina, muitas pacientes apresentam um quadro de melhora ao ter cabelo novamente’.

## Exemplo para os Municípios

A CNM buscou a Rede com o intuito de trazer o bom exemplo para a realidade dos Municípios. A entidade entende que o trabalho em uma dimensão social pode e deve ser feito pelos gestores municipais, a fim de melhorar a qualidade de vida da população local.

A médica voluntária deu dicas de como os gestores podem fazer para atender às pessoas com câncer nos Municípios. “A orientação da Rede é que, além do foco assistencial, esse trabalho é também de multiplicação de informação. Trabalhar na prevenção da doença é educar a população com palestras. E isso depende apenas da boa vontade de uma pessoa que tenha as informações a dar. E não vai custar nada, pois o Município geralmente já tem um funcionário público formado e que pode ajudar”, orientou.

## Campanha da CNM

A CNM, atenta à importância da temática, também atua em uma dimensão social. As ações internas se voltaram ao cuidado da saúde da mulher na prevenção do câncer de mama; assim, as colaboradoras da CNM participaram de uma palestra com os profissionais da Rede Feminina, esclarecendo dúvidas, aprendendo a fazer o autoexame e conhecendo o trabalho desenvolvido pela equipe.

Outra ação foi a arrecadação de roupas e alimentos não perecíveis; a intenção é que, mais do que receber informações, devemos nos dispor a ajudar quem mais precisa e ainda luta para viver.

Para os gestores, a CNM disponibilizou em seu portal na internet todas as informações sobre o movimento Outubro Rosa com várias dicas de como implementar ações de prevenção no seu Município sem onerar custos.

Ao fim, nosso maior objetivo com todas essas ações é de multiplicar as informações, pois a prevenção e o cuidado continuam sendo as melhores armas no combate ao câncer.

Para conhecer mais do trabalho e das ações da Rede Feminina de Combate ao Câncer, visite o site [www.redefeminabrasilia.org.br](http://www.redefeminabrasilia.org.br).

## Meio Ambiente

# Acordos de logística reversa terão participação dos Municípios, garante MMA

Os Municípios participarão dos próximos acordos de logística reversa. A afirmação foi feita pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em uma reunião no último dia 7 de outubro. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) registra este novo cenário como uma vitória, após muita luta para que os Municípios pudessem ser ouvidos sobre o assunto.

A CNM explica que segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010 –, a logística reversa trata do retorno dos resíduos à sua cadeia de produção para serem reaproveitados, reutilizados, reciclados e, por fim, terem sua disposição final ambientalmente adequada. Existem diversos tipos de resíduos que devem ter a logística reversa implementada, e o custo dessa logística deve ser do setor empresarial e não dos Municípios. Ou seja, isso significa que a coleta, a destinação para a reciclagem e a disposição final de resíduos como eletroeletrônicos, pilhas, baterias, lâmpadas, pneus e embalagens em geral, dentre outros, não devem ser feitas pelo poder público sem ressarcimento pelo setor empresarial.

A Confederação destaca que a logística reversa tem sido instituída por meio de acordo setorial entre a União e o setor empresarial, os quais excluíram os Municípios e estão onerando os cofres públicos. Entretanto, em razão da forte atuação da CNM para defender que os acordos de logística reversa tenham participação dos Municípios e que os interesses dos gestores sejam atendidos, esse pleito foi atendido.

## Vitória municipalista

Após analisar o pedido feito ao ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, no dia 17 de agosto deste ano, o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Ricardo Soavinski, reconheceu o direito dos Municípios em fazer parte dos acordos de logística reversa que ainda serão assinados. Para a CNM, essa é uma vitória municipalista que trará muitas con-

Fluxo do consumo



Caminho inverso do consumo a ser aplicado na coleta seletiva



Fonte: Área Técnica de Meio Ambiente/CNM, 2016 CNM



quistas, pois permitirá que os acordos futuros, como por exemplo de pneus, pilhas, baterias e eletroeletrônicos, sejam feitos de forma a obrigar o setor empresarial a coletar os resíduos e dar destinação certa sem onerar os Municípios.

Porém, a Confederação entende que há muitas mudanças a serem feitas no acordo setorial de logística reversa de embalagens, o qual foi assinado em novembro de 2015 e que prejudica os Municípios,



pois cerca de 70% da fração seca dos resíduos domiciliares é composta de embalagens. Isso significa que, ao coletar embalagens, os Municípios deveriam estar sendo ressarcidos pelo setor empresarial, mas isso não ocorre.

## Acordo setorial

A entidade explica que embalagens como vidro, latinhas, garrafas plásticas e outras impactam diretamente as cidades e é preciso que esse acordo seja alterado para melhorar o ambiente das cidades e desonerar os gestores.

Apesar de já ter sido assinado, a Confederação ressalta que por causa das ilegalidades presentes no referido acordo setorial de embalagens, tramita na justiça uma ação civil pública que pede alterações importantes no acordo. A CNM tem participado das audiências, e as reivindicações são para que o setor empresarial de fato custeie a logística reversa, coletando após o uso pelo consumidor e fazendo a destinação correta das embalagens sem participação do poder público ou ressarcimento aos Municípios quando estes coletarem embalagens.

Diante disso, a Confederação reforça a importância de os gestores conhecerem o tema da logística reversa para que juntos possamos somar forças e vencer desafios.



## Programação

# Seminário Novos Gestores 2017-2020

24 a 28 de outubro e 7 a 11 de novembro • Centro Internacional de Convenções de Brasília (CICB)

## TEMÁRIO PRELIMINAR\*

1º dia (24 e 27 de outubro; 7 e 10 de novembro)
<b>Manhã</b>
<b>8h30 – Sessão de Abertura e Boas-Vindas Realidade dos Municípios Brasileiros</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>A história do movimento municipalista brasileiro e da CNM</li> <li>As competências e as obrigações dos Municípios</li> <li>O financiamento da gestão pública municipal</li> <li>Desafios para a Gestão 2017-2020</li> </ul>
<b>Tarde</b>
<b>14h – Os Desafios da Gestão local e as Políticas Públicas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento Social: Assistência Social, Educação, Saúde</li> <li>Desenvolvimento Econômico: Finanças, Contabilidade, Previdência, Turismo</li> <li>Desenvolvimento Territorial: Agricultura, Defesa Civil, Meio Ambiente, Habitação, Saneamento</li> </ul>
2º dia (25 e 28 de outubro; 8 e 11 de novembro)
<b>Manhã</b>
<b>8h30 – Pauta do Municipalismo Brasileiro</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Relação com o Congresso Nacional e o Observatório Político</li> <li>Relação com o Executivo Federal</li> <li>Relação com a Imprensa</li> <li>A atuação junto ao Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas</li> </ul> <b>11h – Orientações Jurídicas de Início de Mandato</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Transição de Governo</li> <li>Organização Administrativa</li> <li>Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)</li> <li>Falhas Frequentes</li> </ul>
<b>Tarde</b>
<b>14h – Projetos da CNM para a Gestão Municipal</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Conquistas do municipalismo e a Rede Municipalista</li> <li>Informação e conectividade: Portal, Espaço Exclusivo, Redes Sociais e Aplicativo, "Viva seu Município"</li> <li>Qualificação como ferramenta de gestão: Central de Projetos, Cidades, Observatórios, Urbem</li> <li>Projetos e soluções: Reinserir, Realidade Municipal, MuniCiência, Consórcios, Municípios Doadores</li> </ul>

## ALMOÇO COM OS PARLAMENTARES

Terças e Quintas de manhã

No próprio Centro de Convenções, estarão presentes os parlamentares federais da região para um diálogo sobre a pauta municipalista.

## VISITA À SEDE

Terças e Quintas à tarde

Conheça a nova casa do municipalismo brasileiro com: salas de atendimento ao prefeito; auditórios; biblioteca e o Museu do Municipalismo.

## PROGRAMAÇÃO PARALELA\*

26 de outubro – Quarta-feira		
Sala 1	Sala 2	Sala 3
<b>Manhã</b>		
<b>Aprende Brasil – Alavancando os índices da educação pública (Editora Positivo)</b> 10 passos para diminuir a judicialização da saúde Municípios Doadores Urbem MuniCiência Rede Municipalista 10 Anos de CNM Internacional: ODS, Mulheres Seguras e Reinserir	<b>Caixa: Soluções e Parcerias para o Desenvolvimento dos Municípios (Caixa)</b> Entidades Estaduais – Região Norte: <ul style="list-style-type: none"> <li>Amac</li> <li>Famep</li> <li>Ameap</li> <li>Arom</li> <li>AMR</li> </ul>	<b>Formação professores: a única alternativa (Sistema Etapa Público)</b> Entidades Estaduais Centro-Oeste: <ul style="list-style-type: none"> <li>AGM</li> <li>FGM</li> <li>Assomasul</li> <li>AMM</li> </ul> Entidades Estaduais Norte: <ul style="list-style-type: none"> <li>ATM</li> <li>AAM</li> </ul>
<b>Tarde</b>		
<b>Caixa: Soluções e Parcerias para o Desenvolvimento dos Municípios (Caixa)</b> Raio X das contas municipais e como atender as novas regras Medidas institucionais para qualificação e redução da judicialização Municípios Doadores	<b>Aprende Brasil – Alavancando os índices da educação pública (Editora Positivo)</b> O turismo brasileiro e a Rede Cidades Históricas Urbem MuniCiência Rede Municipalista 10 Anos de CNM Internacional: ODS, Mulheres Seguras e Reinserir	<b>Formação professores: a única alternativa (Sistema Etapa Público)</b> Entidades Estaduais Sudeste: <ul style="list-style-type: none"> <li>APM</li> <li>Amunes</li> <li>Aemerj</li> <li>AMM</li> </ul>
9 de novembro – Quarta-Feira		
Sala 1	Sala 2	Sala 3
<b>Manhã – 8h30</b>		
<b>Aprende Brasil – Alavancando os índices da educação pública (Editora Positivo)</b> 10 Passos para diminuir a judicialização da saúde Municípios Doadores Urbem Rede Municipalista 10 Anos de CNM Internacional: ODS, Mulheres Seguras e Reinserir	<b>Caixa: Soluções e Parcerias para o Desenvolvimento dos Municípios (Caixa)</b> O turismo brasileiro e a Rede Cidades Históricas Raio X das contas municipais e como atender as novas regras MuniCiência Áreas Técnicas CNM	<b>Entidades Estaduais Sul:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Famurs</li> <li>Fecam</li> <li>AMP</li> <li>AGM</li> </ul>
<b>Tarde – 14h</b>		
<b>Caixa: Soluções e Parcerias para o Desenvolvimento dos Municípios (Caixa)</b> Áreas Técnicas CNM Medidas institucionais para qualificação e redução da judicialização Municípios Doadores	<b>Aprende Brasil – Alavancando os índices da educação pública (Editora Positivo)</b> Entidades Estaduais Nordeste: <ul style="list-style-type: none"> <li>AMA</li> <li>UPB</li> <li>Apruce</li> <li>Femurn</li> </ul>	<b>Entidades Estaduais Nordeste:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Famem</li> <li>Famup</li> <li>Amupe</li> <li>APPM</li> <li>Fames</li> </ul>

\* sujeito a alteração

## FEIRA DO CONHECIMENTO

Durante todo o evento, a Feira do Conhecimento estará aberta para informação detalhada sobre os principais projetos que a CNM e as entidades estaduais desenvolveram para o seu Município.

- MuniCiência e Realidade municipal.
- Projetos CNM & União Europeia: Reinserir, Mulheres Seguras e Observatório do Crack.
- Consórcios Intermunicipais.
- Medidas institucionais para qualificação e redução da Judicialização.
- ODS e Nações Unidas.
- Projeto Harvard.
- Viva seu Município.
- Ações e Iniciativas de Entidades Estaduais.

## ESPAÇO TÉCNICO E INSTITUCIONAL

A maior produção de conhecimento municipal estará disponível no *hall* do evento com os técnicos e parceiros, publicações e painéis eletrônicos.

## OBSERVAÇÕES

- O uso do crachá será obrigatório durante todo o evento, pois nele constará o código de barra para o controle de participação.
- O registro de presença é obrigatório na entrada e na saída de cada plenária.
- Para ter direito ao certificado de participação no seminário, será exigida comprovação de presença em 80% da carga final horária do evento.

O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte.

**Presidente:** Paulo Roberto Ziulkoski • **Diretor de Gestão:** Gustavo Cezário • **Jornalista responsável:** Tairo Arrial • **Reportagens:** Allan Oliveira, Ana Maranhão, Francisco Rodrigues, Gabriela Salcedo, Mabilia Souza, Raquel Montalvão, Virma Limongi. **Colaboradores:** Áreas Técnicas da CNM • **Fotos:** Agência CNM • **Revisão:** Keila Mariana de A. O. Pacheco • **Diagramação:** Themaz Comunicação.

**Endereço:** SCRS 505, bloco C, 3º andar, 70350-530, Brasília (DF) • **Telefone:** (61) 2101-6000 • **Fax:** (61) 2101-6008 • **E-mail:** atendimento@cnm.org.br • **Site:** www.cnm.org.br